

## **Comissão Especializada Permanente**

### **Saúde, habitação e Ação Social**

#### **5ª Comissão**

#### **ATA N.º 40/XIII-4º/2024-25**

1 - Aos vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 15H000, com a administração da ULS Almada/Seixal, no hospital Garcia de Orta no Pragal, realizou-se a quadragésima reunião da Comissão Especializada Permanente de Saúde, Habitação e Ação Social

2 - Verificou-se a presença dos seguintes eleitos:

- Ivan Gonçalves, Henrique Margarido, Maria de Assis, Luisa Rodrigues, Rita Magalhães, João Gerales, Beatriz Ferreira, José Rocha, Nuno Mendes, Antonio Maco

Em representação da administração da ULS Almada/Seixal, os/as drs, Pedro Azevedo, Susana Guerreiro, Miguel Rodrigues e Ana Luisa Broa.

O presidente da Assembleia Municipal, Ivan Gonçalves, solicitou a palavra para uma breve intervenção, começando por cumprimentar os presentes e expressando agradecimentos à administração pela disponibilidade em se reunir com a comissão. Destacou o fato de que a atual administração assumiu a gestão recentemente e, considerando que a saúde está no âmbito da Quinta Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada, sublinha a importância de conhecer os novos interlocutores.

A presidente da comissão, Ana Luisa Rodrigues, no uso da palavra, releva a disponibilidade da administração anterior para reunir regularmente com a comissão, disponibilizando informações e respondendo às questões levantadas pelos deputados municipais. Concluiu sua intervenção afirmando que seria relevante dar continuidade a essa prática com a nova administração da ULS, passando de seguida a palavra para início de reunião.

O presidente da administração Pedro Azevedo solicita a palavra, para manifestar a sua concordância com o que considera ser uma boa prática da anterior administração, de realizar reuniões regulares, considerando que faz todo o sentido dar continuidade.

O deputado José Rocha solicita a palavra, para sugerir, que como metodologia para início de reunião, fosse a nova administração a fazer o ponto da situação sobre os problemas que encontraram e quais as perspectivas para soluções.

Pedro Azevedo intervém em nome da administração para esclarecer algumas questões relativas ao conjunto de unidades desta ULS. Começa por lembrar que as transferências de competência para os Municípios, especialmente na área da saúde, exigem reuniões regulares entre a administração e as Câmaras Municipais (CMA), com destaque para a requalificação de espaços. A urgência de intervenção é particularmente sentida no posto de saúde de Rinha D. Leonor, que ficou sem telhado devido ao forte temporal ocorrido nos últimos dias, é preciso reabilitar para garantir a continuidade e melhoria na operacionalização dos serviços.

Quanto aos cuidados primários, Pedro Azevedo menciona que, embora o número de utentes sem cobertura esteja a diminuir, ainda estamos longe do que seria ideal, com cerca de catorze mil utentes sem médico de família. Contudo, destaca que, mesmo com essa situação, a ULS não se encontra entre as piores. Em relação a este tema, informa que está em fase de implementação de uma unidade que permitirá a todos o acesso aos cuidados primários, mesmo sem médico de família atribuído, com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta para todos os utentes.

A contratação de técnicos operacionais é uma prioridade, de forma a garantir o cumprimento das obrigações previstas no auto de transferência. A ULS Garcia de Orta, tem uma dimensão muito abrangente, funciona quase como um hospital central, servindo cerca de 350 mil habitantes e oferecendo serviços que não estão disponíveis em outros hospitais. Pedro Azevedo detalha algumas das valências da ULS e destaca projetos inovadores em andamento.

Embora reconheça as melhorias nos serviços de urgência promovidas pela administração anterior, com uma reorganização que permite uma resposta mais eficiente, também admite que a capacidade de resposta ainda está aquém do desejado. Atribui uma boa parte das dificuldades no atendimento às urgências à necessidade de reestruturação física daquele espaço.

No que se refere ao serviço de obstetrícia e ginecologia, Pedro Azevedo destaca a grave carência de recursos humanos, com uma diminuição acentuada nos últimos anos, exigindo uma resposta abrangente a nível distrital. Reforça a necessidade de atrair profissionais para diversas áreas, como o centro multidisciplinar de dor, anestesistas, entre outros, uma vez que a escassez de técnicos não se limita às urgências, sendo uma realidade em diversas funções.

Em relação à unidade de hospitalização domiciliária, afirma que o serviço está em processo de organização para alcançar melhorias, de forma a garantir melhores condições para os doentes. Enfatiza também a necessidade de respostas comunitárias e sociais, já que atualmente cinquenta e cinco doentes estão hospitalizados de forma desnecessária, devido à extrema carência social. Assegura que há conversações com a câmara e outras entidades ligadas ao apoio social, com o objetivo de definir critérios para a criação de uma bolsa de cuidadores, permitindo que esses doentes permaneçam em casa com os cuidados adequados, independentemente das parcerias com outras entidades, salienta que a resposta definitiva tem de ser dada pelo governo.

Por fim, ao abordar a questão da população idosa, Pedro Azevedo afirma que as políticas não mudaram, as instituições não conseguem dar respostas adequadas devido à escassez de apoios, que estão estagnados há vinte anos. Opina que as políticas de apoio precisam ser repensadas e considera que a Câmara não pode esperar pelas respostas do governo, sendo necessário que tome a iniciativa e crie soluções nesta área.

O deputado António Pedro Maco inicia a sua intervenção referindo as constantes reuniões com diversas entidades ao longo dos anos, governo após governo, sem resultados práticos. Os problemas permanecem sem solução: a falta de médicos, de camas, entre outros, continuam a ser questões sem resolução à vista. Na sua opinião, essa persistência de problemas deve-se à falta de vontade política e à ausência de uma estratégia eficaz. Considera que se trata de uma questão de escolha e de prioridades por parte do governo, que tem a responsabilidade de adotar medidas para garantir os cuidados de saúde necessários à população.

Segue, então, com algumas perguntas direcionadas aos responsáveis da ULS: Tem-se verificado um aumento na natalidade? Quais são os planos para o tratamento da saúde mental e da toxicodependência, problemas que têm vindo a aumentar em número de casos? E, por fim, questiona sobre os planos para campanhas de sensibilização em relação às várias patologias e tratamentos.

Tomando de novo a palavra, Pedro Azevedo, ao abordar a questão da natalidade, afirma que, apesar das limitações no funcionamento, este tem vindo a aumentar. Destaca que uma parte significativa dos partos não é, necessariamente, de mulheres residentes no Concelho. menciona a presença de um número considerável de mulheres não recenseadas, especialmente aquelas que vivem em bairros sociais, que na sua grande maioria, não recebem acompanhamento durante a gravidez. Muitas dessas mulheres, nem sequer são registradas no Sistema Nacional de Saúde (SNS), devido à sua situação irregular, o que torna essas circunstâncias particularmente difíceis de gerir.

Em relação à toxicodependência, Pedro Azevedo esclarece que este problema não está diretamente na esfera de intervenção da ULS. Contudo, isso não significa que o tratamento seja negado a quem quer que seja.. Os cuidados relacionados à toxicodependência são oferecidos paralelamente, dentro das suas competências. Quanto à saúde mental, o responsável reforça a necessidade de ampliar a capacidade de resposta, sendo ainda mais preocupante o crescimento substancial do número de utentes no serviço de psiquiatria. O impacto dessa situação no Concelho tem sido considerável, evidenciando a necessidade urgente de mais recursos e apoio.

É fundamental uma estratégia de gestão de pessoas para conciliação entre a vida pessoal e profissional, o acesso a formação diferenciada, requalificação dos espaços e uma forte aposta na investigação, reformulação nas normas de contratação e requalificação das equipas, assegura que estes são os desafios para os próximos seis meses.

A deputada Beatriz Ferreira, solicita a palavra para questionar relativamente ao ocorrido no posto da Rainha D. Leonor, que perspectivas para a intervenção que permita o normal funcionamento da unidade.

Respondendo à questão os responsáveis da administração, asseguram que houve acompanhamento em articulação com a autarquia, foram tomadas as devidas precauções, só foram permitidas as entradas dos profissionais com garantia de segurança, alguns dos utentes foram distribuídos para unidades mais próximas, o último andar foi encerrado por falta de condições de funcionamento, os restantes pisos estarão a funcionar em pleno nos próximos dias, aguardando-se resposta da presidente da câmara.

O deputado Nuno Mendes, começa por referir o facto desta administração ter tomado posse há cerca de mês e meio, e estar confrontada com a anunciada parceria público privada, e questiona sobre a forma de amenizar o impacto desta medida.

Continuando a responder às questões, os responsáveis da ULS, respondendo em concreto à anunciada PPP, diz que o poder central é que decide, compete-lhes apenas cumprir.

O deputado José Rocha solicita a palavra para questionar sobre o anúncio da criação do Centro Materno Infantil, questionando se há concordância quanto a essa proposta e se há a intenção de avançar com a centralização desses serviços. é que se assim for Levantam-se algumas questões pertinentes: quando e como será concretizada essa centralização? Com que equipas? Quem as integra e quem fica de fora? Quais as unidades serão encerradas no processo?

Pedro Azevedo, por sua vez, destaca que o Hospital Garcia de Orta, enquanto uma das unidades da ULS, possui uma consulta de obstetrícia diferenciada, dependendo das patologias associadas à necessidade de um acompanhamento especializado. Em relação à proposta de centralização dos serviços no Centro Materno Infantil, manifesta apoio, argumentando que, dado que o SNS não dispõe de recursos para manter os serviços em vários locais, a centralização seria, na sua opinião, a melhor solução para garantir uma resposta mais eficaz.

A deputada Maria de Assis solicita a palavra para questionar sobre as consultas disponíveis para emigrantes. Em resposta, a administração esclarece que não existem consultas específicas destinadas a imigrantes, explicando que dos utentes sem médico família, muitos são imigrantes. Ninguém fica excluído do atendimento.

Sobre a construção do novo hospital no Seixal, a administração destaca que o projeto é apenas isso, um projecto para a construção do novo Hospital. Existem diversas questões a serem consideradas, além da tipologia do hospital, a dificuldade em contratar profissionais.

A deputada Rita Magalhães, diz na sua intervenção, que o tempo de espera nas urgências e as carências nos vários serviços do SNS, se devem à falta de investimento dos sucessivos governos, que permitiram que chegássemos a esta situação.

Miguel Rodrigues intervém para dizer que, se o privado contrata, o público deve criar condições para também poder contratar, acrescenta que os critérios de contratualização não são arbitrários, a estrutura clínica que existe é um factor de diferenciação para a contratação e outras ferramentas que permitam melhorar os serviços.

A presidente da comissão, Ana Luisa Rodrigues, considera encerrada a reunião, agradecendo uma vez mais a disponibilidade da administração da ULS, Almada/Seixal.

A presente Ata foi aprovada por unanimidade dos/as Deputados/as Municipais da Comissão.

A Presidente da Comissão Ana Luisa Rodrigues

A Secretária da Comissão Miguel Paulo